

## ENTREVISTA

Dos editores da *Machadiana Eletrônica* (ME)<sup>1</sup> com o Prof. Roberto Acízelo de Souza (RAS)

**ME:** Este número da *Machadiana Eletrônica* (v. 6, n. 11) começou a ser pensado a partir da percepção da necessidade de uma edição do texto conhecido como “Instinto de nacionalidade”. Nossa experiência editorial de textos machadianos nos conduziu à suspeita de que pudesse haver aspectos novos a serem revelados por um retorno à fonte primária. Embora o ensaio tivesse sido reproduzido em diversos periódicos – inclusive em *O Novo Mundo*, que o publicou pela primeira vez em 1873 –, ainda em vida do autor, o exame dessas publicações nos convenceu que o autor não participou delas, pois não fez correções no texto. Como este é o escrito (talvez) mais conhecido do escritor no campo da crítica, e como existem inúmeras edições dele, você julgaria justa a nossa preocupação? Por quê?

**RAS:** Ainda que nunca me tenha ocorrido essa necessidade, talvez por causa da minha grande familiaridade com esse texto – o que automatiza a percepção – e sua curta extensão, não tenho dúvidas de que seria sim pertinente elaborar uma edição crítica dele. E justifico a resposta por dois motivos: primeiro, pela fato de essa possibilidade ter sido aventada por vocês, editores da *Machadiana Eletrônica*, cuja experiência acumulada no trato com a obra machadiana, especialmente nesse delicado setor de estabelecimento de textos, confere plena credibilidade à pertinência desse trabalho; segundo, pela minha própria pequena experiência nesse campo, que já me permitiu algumas vezes perceber problemas em textos com características semelhantes, isto é, que vêm propiciando uma cadeia de reedições sucessivas em que se perdeu de vista a fonte primária. Dou um exemplo: no “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” – um texto

---

<sup>1</sup> Os editores da *Machadiana Eletrônica* que participaram desta entrevista foram os seguintes: Gilson Santos e José Américo Miranda.

curtinho, como sabemos –, um retorno à edição-fonte (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de março de 1924, Letras & Artes, p. 5) me permitiu perceber quatro erros sistematicamente constantes em todas as edições a que tive acesso: em vez de “da saudade universitária”, no texto do jornal lemos “das saudades universitárias”; em vez de “fatores destrutivos”, “quatorze distintivos”; em vez de “Sem reminiscências livrescas.”, “Sem reminiscência heresia.”; e em vez de “Sem antologia.”, “Sem ontologia.”

\* \* \*

**ME:** No “Instinto de nacionalidade” existem reminiscências dos primeiros textos críticos do autor. A passagem daquele a estes foi simples e espontânea (no nosso caso). Seleccionamos, para compor o panorama de um primeiro momento do pensamento crítico do autor, os seguintes textos: “O passado, o presente e o futuro da literatura” (1858), “O jornal e o livro” (1859), as quatro “Aquarelas” (1859) – embora a terceira delas não tenha relação com crítica literária –, e “A reforma pelo jornal” (1859). Não publicamos (por limitações nossas, e para pesar nosso!) o conjunto de textos intitulado “Ideias vagas”, publicado na *Marmota Fluminense*, o jornal de Paula Brito, em 1856. Você concordaria com o fato de que as ideias fundamentais de “O instinto de nacionalidade” já se encontravam, em semente, nesse conjunto de textos? O que você diria que o amadurecimento crítico do autor trouxe de novo ao pensamento dele?

**RAS:** Acho que não. Explico por que sou dessa opinião.

No artigo “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira” (1858), temos uma clara adesão do autor à concepção amplamente majoritária no seu tempo, segundo a qual a literatura produzida no Brasil só seria autenticamente nacional caso investisse na cor local. Tanto que ele referenda a conhecida restrição feita por Garrett à poesia de Tomás Antônio Gonzaga, por seu caráter europeu, dada que era a pintar cenas da Arcádia. E curiosamente rejeita o que chama “a poesia do boré e do tupã”, isto é, o indianismo, porque, a seu ver – cito – “não é a poesia nacional”. Quanto ao *Uruguai*, afirma que, embora fosse um poema “nada europeu”, “não era nacional, porque era indígena”. Ora, essa valorização da cor local, tomada como evidência do caráter nacional da literatura brasileira, é justamente o que será rejeitado, como sabemos, no

artigo de 1873, “Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade”, no qual o autor renega o nacionalismo literário, postulando uma concepção universalista de literatura. No máximo, a tangência que encontro do texto de 1858 com esse de 1873 é a diferença postulada entre independência política e independência literária, que figura em ambos os artigos: aquela, anterior e instantânea; esta, posterior e vagarosa. E também a rejeição do indianismo, enfática no texto de 1858 e reiterada no de 1873: “[...] a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária.”

Em “Aquarelas”, na parte IV, a mesma profissão de fé nacionalista. Veja-se o trecho: “[...] a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetim entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil. Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional [...]”. Ora, configura-se assim posição muito distante da assumida no “Instinto de nacionalidade”.

Quanto a “O jornal e o livro” (1859), também não vejo ideias que se desenvolveriam no artigo de 1873. Ao contrário, nessa ode ao jornal em detrimento do livro, há um elogio ao que o autor chama “movimento”, isto é, à ligeireza e ao dinamismo próprios do jornal – a “literatura quotidiana” –, ao passo que, no “Instinto de nacionalidade”, cobra-se dos escritores exatamente o oposto, isto é, o vagar: “Outra coisa que eu quisera persuadir a mocidade é que a precipitação não lhe afiança muita vida aos seus escritos. Há um prurido de escrever muito depressa: tira-se disso glória, e não posso negar que é o caminho do aplauso. Há intenção de igualar as criações do espírito com as da matéria, como se elas não fossem nesse caso inconciliáveis. Faça muito embora um homem a volta ao mundo em oitenta dias; para uma obra-prima do espírito são precisos alguns mais.”

Assim, concluindo, tendo em vista os textos de crítica em questão, vejo muito mais diferenças do que afinidades entre o jovem de 19-20 anos de 1858-1859 – que José Guilherme Merquior chama afetuosamente o Machadinho – e o Machado de 1873, com seus 34 anos.

E veja-se, para arrematar, mais um indício de como Machado veio a distanciar-se das concepções de Machadinho: em “O jornal e o livro”, aos 20 anos, faz a apologia da “discussão” – “necessidade do espírito humano”, afirma ele –, considerada centro e

apanágio do jornal; em “O espelho” (1882), aos 43 anos, caracteriza o personagem que se faz de narrador, Jacobina – cuja idade, aliás, regulava com a que o autor tinha na época –, como pessoa que jamais discutia, e sustentava ser a discussão “a forma polida do instinto batalhador, que jaz no homem, como uma herança bestial [...]”.

\* \* \*

**ME:** Um texto que não elencamos na lista da pergunta anterior é “A lanterna de Diógenes. Fisiologia do folhetinista” (*Correio da Tarde*, 1858). Trata-se de um artigo encontrado recentemente por Fernando Borsato, que também, ao localizá-lo, descobriu um novo pseudônimo do escritor. Nossa decisão de incluir este texto entre os de autoria machadiana veio dos argumentos de Borsato, e, principalmente, do fato de Machado de Assis, ele próprio, em “Aquarelas IV. O folhetinista”, haver indicado aquele texto como de sua autoria (fato que Borsato incluiu na argumentação sobre a atribuição). A *Machadiana Eletrônica* possui uma seção destinada à publicação/edição de textos “atribuídos” a Machado de Assis. Neste caso, entretanto, entendemos que o texto é, de fato, do escritor. Como você avalia esta nossa decisão (de incluir “A lanterna de Diógenes” entre os textos de Machado de Assis, e não entre os “atribuídos” a ele)?

**RAS:** Me parece perfeita a decisão; da minha parte, acredito que está plenamente demonstrado que esse texto é realmente de Machado.

\* \* \*

**ME:** Entre o “Instinto de nacionalidade” (1873) e esse conjunto de textos dos anos 1858/1859 há um lapso de 14/15 anos. No meio do caminho dessa trajetória há um texto muito importante: o “Ideal do crítico” (segundo semestre de 1865), publicado no *Diário do Rio de Janeiro*. Esse texto tem uma trajetória editorial, no mínimo, curiosa. Todo o segundo semestre de 1865 do periódico em que ele foi publicado não se encontra disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Não foi incluído por Mário de Alencar no volume *Crítica*, em que reuniu pela primeira vez em volume a crítica literária de Machado de Assis. José Galante de Sousa registrou que a primeira

edição da W. M. Jackson da *Crítica literária machadiana* (1937) não traz esse texto; segundo os registros dele, o texto consta da edição Jackson de 1944. Certamente ele não conheceu a edição Jackson de 1938, que já o trazia. Uma vez localizado esse texto, a importância dele foi logo reconhecida, como se deduz da posição em que foi posto na edição de 1938: é o texto que abre o livro. Como você interpreta essa sequência de eventos?

**RAS:** A trajetória editorial errática do “Ideal do crítico”, apontada por vocês, é bem representativa dos azares a que anda sujeita a obra machadiana, especialmente, que eu saiba, no que diz respeito aos textos mais ou menos avulsos, quero dizer, aqueles que o autor não chegou a reunir em livro. Infelizmente, como sabemos, dissolvida a Comissão Machado de Assis (acerca da qual a quem quiser informar-se melhor sugiro consultar: Antônio Houaiss. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar. São Paulo: Hucitec; Instituto Nacional do Livro; Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. p. 274-332), mal iniciada a sua tarefa – que era “consolidar” o texto de Machado, tendo em vista “a baixa qualidade editorial com que a grande obra vinha sendo posta no mercado leitor brasileiro” (op. cit., p. 274) –, nenhum projeto semelhante foi levado a efeito. É que se trata, como é notório, de trabalho complexo, que exige recursos técnicos sofisticados e pessoal altamente qualificado, pressupondo, pois, aportes financeiros que, escassos no orçamento público, não encontram na iniciativa privada entidades que pelo menos se disponham a complementá-los. Nesse sentido, o serviço que vem prestando a *Machadiana Eletrônica* na fixação de textos de Machado se reveste da maior importância: um ato de resistência contra uma inércia que vem de longe.

Quanto ao “Ideal do crítico”, considerando sua feição de texto metacrítico, isto é, sua proposta de uma teoria da crítica, nada mais correto do que a decisão de colocá-lo na abertura da edição de 1938 do volume *Crítica literária*, precedendo, pois, aos ensaios do que se pode chamar crítica prática, isto é, textos ocupados com autores e obras específicas, e não com os conceitos gerais norteadores dos exercícios de análise crítica. Gostaria porém de acrescentar uma observação: sim, texto que, como vocês dizem na pergunta, uma vez localizado teve logo sua importância reconhecida. Importância, porém, não é necessariamente qualidade. Porque, da minha parte, acho o “Ideal do crítico” uma teoria crítica fraquíssima. Vejam: resolve-se num rosário de atributos do

crítico ideal: ciência, consciência, coerência, independência, imparcialidade, tolerância, urbanidade, perseverança. Aliás, que personagem da ficção machadiana reuniria tamanhas virtudes, a ponto de habilitar-se para o ofício da crítica?

Concluo assinalando que, a meu juízo, mais se ressalta a debilidade conceitual desse texto se o confrontarmos com a proposta de metacrítica de um contemporâneo de Machado, Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905), no seu substancioso “Da crítica brasileira” (1860).

\* \* \*

**ME:** Outro texto que juntamos aos já mencionados é constituído pelas “Notas de leitura” (segunda parte), que Mário de Alencar divulgou na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, em 1911. A primeira parte dessas “Notas”, divulgadas também por Mário de Alencar em 1910, já havia sido publicada no v. 4, n. 7, jan.-jun. 2021 da *Machadiana*. Pelo que sabemos, esses manuscritos não se encontram na Academia Brasileira de Letras. Portanto, a única fonte disponível é a *Revista*. Que importância você atribui a essas anotações e à reedição delas?

**RAS:** Essas “Notas de leitura”, além de importantes documentos de como Machado de Assis formou seu gosto e foi colhendo subsídios para desenvolvimentos futuros nos seus labores literários, são verdadeiramente comoventes: a gente como que surpreende, pela imaginação, um jovem leitor dedicado a um trabalhinho miúdo e paciente – copiar num caderno ou em folhas soltas passagens que lhe chamavam a atenção nos livros que ia lendo –, como, talvez, tantos outros frequentadores do benemérito Gabinete Português de Leitura; mas era Machado de Assis.

A reedição dessas “Notas” – aliás, que eu saiba, muito pouco conhecidas – se inscreve no muito meritório serviço à cultura literária brasileira que vem prestando a *Machadiana Eletrônica*, com o tratamento cuidadoso que dispensa à obra do autor.